

SENADO**20 MAI 1997**

ACM garante que emenda da reeleição será votada

O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), disse que a denúncia de venda de votos envolvendo deputados do Acre não prejudicará a votação da emenda da reeleição no plenário. Ele garante que o governo pode aguardar o resultado sem medo, pois conta com ampla maioria no Senado e o processo estará concluído até o dia 4 de junho, quando o Senado deve votar a emenda em segundo turno.

"O caso do Acre merece uma punição exemplar, mas não pode predominar como um dos principais assuntos do país, paralisando as reformas", disse o senador baiano. Disposto a neutralizar os movimentos da oposição, Antônio Carlos acusou os adversários do governo de tentarem manipular a opinião pública.

"A oposição tenta juntar o escândalo com a votação da emenda, buscando atingir um público que não tem consciência nem discernimento", criticou.

O presidente do Senado participou, ontem, do IX Fórum Nacional, coordenado pelo ex-ministro Reis Velloso, no Rio. Em seu discurso sobre o tema central do evento — *Plano Real e visão de futuro nacional* — ele saiu em defesa do Poder Legislativo e garantiu que a impunidade é maior nos casos de corrupção que envolvem personagens do Executivo e do Judiciário.

Para Antônio Carlos, é um erro culpar o Congresso como um todo

por um erro praticado por dois deputados. Ele procura isolar o caso da compra de votos.

"Evidentemente que algumas pessoas demonstraram não estar à altura do Congresso, mas os votos inúteis não podem prejudicar os votos úteis", afirmou.

O presidente do Senado deixou claro que está disposto a usar sua força e seu prestígio para impedir a criação da comissão parlamentar de inquérito que investigue as denúncias. Para ele, a CPI não será tão eficaz quanto a comissão de sindicância para garantir a rápida punição dos culpados. "Não apóio a CPI porque acho que ela vai ser boa para escandalizar e ruim para apurar".

LENTIDÃO

Ao lado de dois ministros de Estado — Pedro Malan (Fazenda) e Antônio Kandir (Planejamento) — Antônio Carlos atacou a lentidão dos poderes Executivo e Judiciário para enfrentar os escândalos que envolvem seus integrantes.

Segundo ele, a corrupção está mais disseminada e envolve quase todas as instâncias da Justiça, mas dificilmente é combatida de forma exemplar.

O presidente do Senado também criticou o Executivo, que demoraria muito a punir os seus corruptos. Ele sustenta que um inquérito administrativo, muitas vezes, leva até nove anos para ser concluído. E quando termina, são poucos os que ainda se lembram do caso, garantiu o senador, ao defender o rito sumário como forma de punição exemplar.

Antônio Carlos anunciou que pretende se empenhar para mudar o Código Civil, criado em 1916, para tornar a lei mais ágil. Mudar a lei, contudo, não será suficiente para o senador. Para ele, será necessário também que o governo mostre coragem na hora de garantir o seu cumprimento. Antônio Carlos também procurou poupar o ministro das Comunicações, Sérgio Motta. "Ele pode ter errado por falar coisas que não devia, mas nesse caso ninguém provou nada contra ele", disse, cauteloso.